

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 20 DE SETEMBRO DE
2010:-----**

Aos vinte dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dez, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas quinze horas e dez minutos, teve lugar a quarta sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I-PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1.1- TOMADA DE POSSE DE DOIS ELEMENTOS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA;
- 1.2- APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 29 DE JUNHO DE 2010.

II-PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;
- 2.2- RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO- 1º SEMESTRE DE 2010= CONHECIMENTO;
- 2.3- RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO, PARA APRECIACÃO;
- 2.4- PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO FINANCEIRA DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.5- PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO = APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.6- PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO. AO ABRIGO DO DECRETO-LEI Nº305/2009, DE 23 DE OUTUBRO= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.7- PLANO DE URBANIZAÇÃO DE TREIXEDO= MEDIDAS PREVENTIVAS= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.8- LOTEAMENTO SANTA COMBA DÃO XXI – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA VENDA DE LOTES QUE CONSTITUEM A URBANIZAÇÃO SANTACOMBA XXI = APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO REGULAMENTO;
- 2.9- IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) = FIXAÇÃO DE TAXAS PARA O ANO 2011;
- 2.10 – LANÇAMENTO DE DERRAMA, AO ABRIGO DO ARTIGO 14º DA LEI Nº2/2007, DE 15 DE JANEIRO;

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e Carla Maria Pereira de Sousa. Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinados os Srs. Deputados João Duarte Boto Martins, César Fernando Lima Branquinho, Paula Francisca Rodrigues Gomes, José Augusto Morais de Sousa, Edite da Conceição Alves da Cruz, Inês Maria Varela Matos, Joaquim Pereira Rodrigues, Pedro Miguel Soares Veloso, Luís Artur Loureiro Pereira, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, Leandra Margarida Prata Cordeiro, Fernando Abel Simões, João Pedro Antunes de Almeida Costa, Esmeraldo Ferreira Gomes, Márcia Sofia Gonçalves Marques, Ana Paula Silva Figueiral Ferreira, Vital Esteves Lopes, Manuel Luís Leitão Morais, Hélder Morais dos Santos Dias, José Jorge, José Rui Batista Alves Ferreira, Fernando Manuel Dias Almeida e Costa, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos, Paula Cristina Massano Nunes Correia e Sónia Deolinda Santos Marques que substituiu o Sr. Deputado José Marques Duarte da Cruz nos termos da alínea c) do N.º 1 do Art.º 38.º da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção que lhe foi dada pela Lei N.º 5-A/02, de 11 de Janeiro.

Não se registaram faltas.

Os Srs. Deputados Carla Maria Pereira de Sousa e Manuel Leitão Morais participaram na Sessão após a votação do ponto um ponto dois. Até esta altura o lugar de segundo secretário foi exercido pela Sra. Deputada Paula Francisca Rodrigues Gomes por proposta do Sr. Presidente da Assembleia que foi aprovada por unanimidade.

A Sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

No ponto um ponto um: TOMADA DE POSSE DE DOIS ELEMENTOS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, foi dada posse ao Sr. Dr. José Luís Figueiredo e ao Sr. José Dias da Costa.

No ponto um ponto dois: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 29 DE JUNHO DE 2010. Não houve intervenções a registar passando-se de seguida para a votação sendo a acta aprovada por maioria com 26 votos a favor (16 do PPD/PSD e 10 do PS) e duas abstenções do PS (Srs. Deputados José Augusto Sousa e Sónia Marques).

O Sr. Presidente da Assembleia abriu depois as inscrições para os Srs. Deputados fazerem as intervenções neste período. Registou-se a inscrição da Sra. Deputada Inês Maria Matos que fez a intervenção que constitui o anexo n.º 1 desta acta e que faz parte integrante da mesma.

O Sr. Presidente da Assembleia considerou que foi abordado um tema muito interessante que constitui um problema de cidadania. Disse que havia cada vez mais peões, que havia mais mobilidade dos cidadãos, mais idosos e com mais deficiências. Considerou também que a temporização dos semáforos não estava adequada à mobilidade de muitos dos cidadãos.

Passou-se de seguida para o ponto dois da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DA ORDEM DO DIA. Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto dois do Art.º 19.º do Regimento passou-se para o ponto dois ponto um: - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO. O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que se debruçou sobre a actividade do Município conforme a documentação já distribuída aos Srs. Deputados considerando-a bastante clara. Convidou os Srs. Deputados a participarem na inauguração do Centro Educativo Norte que acontecerá logo após a Sessão desta Assembleia, este convite é extensivo para o dia 5 de Outubro, altura em que haverá uma inauguração simbólica do Centro Educativo Norte e ainda um conjunto de acções em articulação com a Comissão Nacional de Comemorações do Centenário da República. Focou novamente o atraso das obras da Ecopista e lembrou novamente que a sua actual utilização é indevida e as pessoas que a utilizam o fazem por sua conta e risco. Sobre a situação financeira e uma vez que há pontos na Ordem de Trabalhos sobre o assunto deixou para essa altura a referência que tinha a fazer, no entanto debruçou-se sobre a informação distribuída aos Srs. Deputados.

Abertas as inscrições para intervenção, verificou-se a inscrição dos Srs. Deputados Edite Cruz e Fernando Abel.

Dada a palavra à Sra. Deputada Edite Cruz esta referiu a queda de um muro no Centro Educativo Norte, sem querer fazer qualquer aproveitamento político pois poderia ter acontecido uma tragédia o que felizmente não aconteceu, queria saber quem construiu o muro, se já foram apuradas responsabilidades e o que foi feito para o caso de não terem sido apuradas essas responsabilidades. Questionou a seguir sobre uma construção que está a surgir no passeio junto ao Estádio Municipal e gostaria de saber de quem é a obra e qual o seu fim.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que sobre a queda do muro disse não saber porque haveria de haver qualquer aproveitamento político pois não são os partidos que deitam os muros abaixo. Teve a oportunidade de analisar no local a situação e verificou que a probabilidade de acontecer uma tragédia era remota, porque para ela existir teria que haver alunos ou adultos no parâmetro exterior do muro, poderia haver feridos e aí a probabilidade já seria maior se a escola estivesse a funcionar e os alunos se pendurassem nas grades e caíssem ao serem arrastados pela queda do muro. Não é fácil determinar as causas, está a decorrer um inquérito que brevemente será entregue na Câmara indicando as prováveis causas. Nada fazia prever aquela situação pois houve um Inverno muito rigoroso e o muro não teve qualquer problema, caiu no Verão quando as condições em nada apontavam para isso. O muro foi construído pelos empreiteiros e serão eles os responsáveis pela sua reposição, com a mesma solução ou com uma outra que pareça mais segura. Em relação à construção junto ao Estádio Municipal e junto à Policlínica ela foi devidamente licenciada pela Câmara, trata-se de um Quiosque de um privado que vai pagar as suas taxas e que assim que estiver aberto vai servir as pessoas que utilizam a Policlínica e a Cemedical. A Câmara aprovou o projecto e ele nada mais fez que o deferir segundo os pareceres apresentados. Também ficou um pouco chocado com o impacto e com o betão, mas o problema é de quem constrói, pois a cedência do terreno é sempre a título precário e amanhã a Câmara poderá decidir fazer no local qualquer coisa e a construção é deitada abaixo e não dá direito a qualquer indemnização. A licença tem um prazo e o proprietário corre o seu risco.

Foi de seguida dada a palavra ao Sr. Deputado Fernando Abel que focou a referência feita pelo Sr. Presidente da Câmara à necessidade de haver poupanças e por isso iria focar a situação do Passeio dos Idosos. Em 2010 tinha-se voltado ao modelo de 2008 por decisão conjunta das Juntas de Freguesia e da Câmara Municipal. No ano de 2009 não foi assim, houve uma excepção, os idosos do nosso Concelho já terão pensado, mas que coisa, então este ano não há eleições? Não é por nada mas este ano até o farnel teve que se levar de casa, já não houve Malafaia. Sabia que os tempos eram de poupança e que a parceria com as Juntas de Freguesia era uma constante, pois recebem o dinheiro para as suas obras através da Câmara Municipal, mas neste caso foram elas que de alguma forma mais participaram para que o passeio acontecesse. Sabia também que neste passeio nem sempre vão só idosos, talvez valesse a pena equacionar que esses passeios se façam apenas para quem tem menores recursos e terem assim oportunidade de usufruir de algo que a vida nunca lhes deu. Sabe-se o custo que isto representa e seria bom que se fizesse alguma triagem entre os que realmente têm poucos recursos e os que têm dinheiro para o puder fazer. Bruxelas vai impondo a meta do défice de 3% e isso acaba por se reflectir nas transferências correntes para as Câmaras Municipais e se calhar valia a pena fazer uma melhor gestão de meios para que fossemos capazes de facto de ajudar aqueles que são mais carenciados.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que disse terem sido feitas algumas afirmações que não estavam correctas, quanto à afirmação do passeio dos idosos ter sido feito à Malafaia em ano eleitoral, também deve ter sido por isso que o Governo aumentou no ano passado os funcionários públicos em 2,9%. A situação não é nova e só se emita o que é ensinado por Lisboa. Achava que não havia grande moral para se falar no assunto, o Governo também achou que os tempos mudaram e este ano congelou os vencimentos dos funcionários públicos e até se fala em reduções, isto devido à crise e como a Câmara também não escapa à crise este ano teriam que garantir o passeio dos Idosos nestas condições e que até ficaram muito satisfeitos. Em relação à contribuição das Juntas de Freguesia, estas organizam, aceitam as inscrições e a Câmara nada tem a ver com isso, as pessoas que vão são aquelas que se inscrevem. Quem contrata os autocarros e essa é a única despesa que é implícita aos passeios é a Câmara Municipal. Este ano houve um contributo das Juntas de Freguesia, julgava de 500€ que lhes foi pedido e voluntariamente acederam. Poderia

eventualmente não haver passeio dos idosos. Quanto a dar-se mais a quem precisa e haver pessoas com uma boa reforma e que poderiam pagar achava uma boa ideia e aí o Sr. Deputado deve ter ouvido as explicações dadas à proposta de revisão constitucional do PSD relativamente ao Estado Social.

Seguiu-se para o ponto dois ponto dois: RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO- 1º SEMESTRE DE 2010= CONHECIMENTO. Pediu a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa que começou por dizer que o Relatório vinha na sequência do anterior e que continuava a demonstrar as dificuldades e neste caso acrescidas e que não se invertiam. Chamava a atenção para algumas coisas, o Relatório focava situações preocupantes, como a referência a que o Município continua a assumir despesas numa proporção desajustada às capacidades financeiras e económicas. Os orçamentos quando são feitos obrigam a que a despesa seja igual à receita e inflacionar a receita com dados que todos sabemos à partida que são inatingíveis proporciona que tenhamos despesas que não deveríamos fazer e portanto começava pelo orçamento que está errado. Terá que haver alguma contenção, não é por estar na oposição que fica satisfeito por ver que as coisas não correm bem. Referiu o ponto nove do Relatório onde não se concorda com os métodos adoptados, aumentando os rendimentos de propriedade e a venda de bens que não se concretizam. Depois há um aumento enorme da despesa conforme o focado no ponto dez e aqui lembrou o alerta que foi feito devido à criação da Empresa Municipal. Disse que continuava a estar em falta e a ser ilegal a não transferência para a Profiacademos e para a Combanima das verbas. Não ia estar a discutir os números, havia coisas que não entendia, a bandeira do PSD na campanha eleitoral eram os assessores do Presidente Socialista. Estranhava que logo a seguir trouxessem para a Câmara diversos assessores de quem não conhecia as competências, então isso não ia aumentar as despesas? Não haverá dentro dos quadros da Câmara pessoas que pudessem servir os interesses do Sr. Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores? Pensava que se devia começar por aí a fazer contenção. Falava-se que a culpa era da anterior Câmara, mas já lá vão seis anos e agora não se sabe de quem é a culpa. Havia problemas de gestão e que não se corrigiam. No ponto catorze diz-se que não estão mencionados alguns milhões, que vão aumentar o défice e portanto as conclusões são tão explícitas que se tivesse alguma dúvida ficaria esclarecido. No ponto dezoito refere-se que depois de ano e meio após a contracção do empréstimo não se nota sinal de recuperação, o PSF previa o pagamento das dívidas aos fornecedores de curto prazo, esse valor aumentou bastante conforme o Relatório e a Assembleia tem responsabilidades por Lei no controlo do PSF e o que é facto é que no ponto vinte o Relatório chama a atenção para diversas situações: foram excedidos todos os limites e isso pode trazer penalizações para todos nós. Pensava que o Relatório era preocupante para todos e todos teriam que encontrar uma plataforma em que as despesas não sejam uma bandeira, se houver obras a fazer que sejam feitas pela sua necessidade emergente e não pela sua necessidade futura para servir de bandeira com fins políticos.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que havia alguns dados que era importante referir. A Câmara não esconde como nunca escondeu desde o início a sua situação financeira, ela é clara e transparente podendo até ser consultada no site e é apresentada e debatida com liberdade em todas as Assembleias Municipais. É evidente que há sempre dois pontos de vista, o de quem critica e o de quem defende. Tinham plena consciência da situação e por isso vinha hoje a debate, depois de ter sido aprovado em reunião de Câmara uma reformulação do PSF. Podia perguntar-se o porquê de uma reformulação, porque obviamente é preciso pois houve situações que condicionaram o seu cumprimento. Como também conhecia as consequências do não cumprimento do PSF, ia fazer os possíveis e os impossíveis, aquilo que legalmente for permitido para evitar entrar numa situação de incumprimento. Na altura do debate desta situação serão fornecidos mais dados sobre o assunto. Têm sido muito criticados por aumentarem a despesa devido à execução de obras, mas essas são as que menos o preocupavam, pois obras são investimentos e no dia em que for necessário parar os investimentos, pára-se. O problema não está nos investimentos, até porque estes criam riqueza, o grande problema da Câmara está no volume das despesas correntes, uma situação que não é de agora, mas que é pelo menos de há dez anos para cá, quando as Câmaras resolveram aceitar um conjunto de competências para as quais não tinham receitas para cobrir e aceitaram que o Estado lhes desse um bolo, que foram os impostos locais. Parecia uma coisa boa, com a reavaliação de património que devia estar concluída em 2012 e não estará, cada vez se construía mais, mas esqueceram-se que às vezes há crises e a

actual começou pelo imobiliário e por isso as receitas principalmente do IMT estão a baixar e continuarão a baixar e aqui indicou os números referentes a SCDão. O facto de o Governo ter oferecido este bolo veio a resultar em haver cada vez mais despesa e menos receitas. Em relação às despesas com pessoal disse haver Câmaras próximas que gastam mais com pessoal e com menos população que SCDão e algumas delas são dirigidas por Presidentes do PS. Estava a ouvir o Sr. Deputado José Augusto e estava a pensar que esta Assembleia parecia a Assembleia da República mas ao contrário, a bancada do PS parecia as bancadas da oposição e a do PSD parecia a bancada do PS. Compreendia que fosse assim o PS ataca aqui aquilo que defende no Governo e o PSD ao contrário. Portanto vamo-nos entretendo desta forma mais saudável e tentar o que é mais importante, com educação pôr os interesses do Concelho acima do interesse de cada um dos partidos, temos a obrigação objectiva de reformular o PSF e por isso o traziam à discussão. É evidente que haverá outros entendimentos, mas é importante saber que é preciso tomar medidas e já, na redução da despesa acima de tudo. O problema dos orçamentos, que foi focado, de estarem inflacionados e da solução que se encontra da venda do património e agora não se vende nada, é que é obrigatório incluir tudo o que está comprometido no orçamento anterior indo assim para o seguinte incluindo todas as dívidas e isto é uma bola de neve. A situação só se resolve quando for feito e autorizado um orçamento de base zero. Podia dizer que as Câmaras vizinhas que estavam em boas condições financeiras começavam a ter também problemas e isto está a acontecer pelo País inteiro. É preciso que haja alguém que não coloque nas Autarquias o ónus da crise. Se há alguma coisa que ainda vai fugindo à crise são as Autarquias que vão fazendo alguns investimentos. Outra questão é o QREN que devia ter começado em 2007 e só agora estão a ser recebidos alguns pagamentos. Se tivesse começado logo em 2007 estava convencido que não se chegava a esta crise, as Câmaras todas estão com dificuldades devido ao atraso dos pagamentos do QREN. Em relação à despesa corrente essa sim é preocupante, tem que haver uma queda rapidamente, embora haja algumas aquisições de serviços a que não se pode fugir.

Seguiu-se para o ponto dois ponto três: RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO, PARA APRECIACÃO. Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que disse não ser uma cópia do relatório do Auditor Externo, mas faz as mesmas referências, simplesmente o Auditor Externo é um Revisor Oficial de Contas que a Câmara é obrigada a ter agora e que faz o seu relatório e nem sequer consulta o Executivo e não permite que haja qualquer tipo de influência. Relativamente ao PSF embora ele também seja feito por um Auditor Externo, permite que a Câmara dê algumas sugestões e a única coisa que a Câmara fez foi na última página, no último parágrafo fazer uma referência à necessidade da reformulação do PSF. Tudo o resto são números e dados referentes ao semestre e não há nada a acrescentar ao que foi dito no ponto anterior.

Pediu a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa que começou por dizer que se revelam os mesmos problemas, aliás como o Sr. Presidente da Câmara disse e também expressa as preocupações da Câmara. No entanto aqui os números são mais apelativos. Discordava do preâmbulo pois o PSF para 2010 é para um ano efectivamente. Mas podiam se quisessem evitar em que estes dados não teriam grande comparação porque reflectem o primeiro semestre e o PSF reflecte um ano inteiro, mas se dividir um valor a meio tem o equilíbrio e portanto era escusado porque se sabia que o PSF tem uma verba para um ano inteiro e se isso já se ultrapassou nada há a fazer e não se consegue voltar atrás. E o que aqui acontece é que de facto há verbas que foram ultrapassadas. Na receita não o foram infelizmente mas nas despesas foram grandemente e então os resultados transitados que estavam previstos para o ano em 9 milhões, neste momento são 15 milhões, se multiplicar este valor por dois e se não houver um recuo já dá um enorme prejuízo, chegando-se aos 30 milhões quando estavam previstos 9 milhões. As dívidas a curto prazo previstas no PSF de 311 mil são neste momento de 6 milhões 424, portanto isto é preocupante. Em outras dívidas estavam previstos 13 mil euros, já vamos em 4 milhões 754 e portanto isto continua a ser preocupante concordando com o Sr. Presidente ao referir as dificuldades que a conjuntura internacional nos traz assim como a nossa. Não haverá muito a dizer, todos leram, todos têm uma opinião definida acerca disto, os que estão desse lado não se manifestam, se o Sr. Pires estivesse aí e fosse isto um relatório do PS, tinha-se reunião até às dez da noite, com todo o respeito e amizade que tem pelo Sr. Pires.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que disse ser evidente haver esses dados, os tais 6 milhões, é verdade, quatro milhões transitaram do ano passado, este ano tinham 2 milhões que são cobertos pelos 2 milhões e 100 mil que há a receber, não se pode fazer uma projecção tão directa, pois em termos do ano não se está assim tão mal. Neste momento tem-se na contabilidade o correspondente a obras financiadas pelo QREN uma facturação de mais de 3 milhões 620 mil, a este valor correspondem reembolsos da ordem dos 2 milhões e 300 mil, deste valor apenas se receberam 571 mil euros e isto entra nas contas no final do ano como receita, como proveitos diferidos e aqui também deviam ter o mesmo tratamento para não se fazerem análises erradas destes planos, além de outros proveitos diferidos que se têm vindo a arrastar de ano para ano.

Seguiu-se para o ponto dois ponto quatro: PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO FINANCEIRA DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO= APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por solicitar que ao texto do ponto fosse retirada a palavra “financeira” que não lhe parecia adequada passando a ter o seguinte texto: “PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO= APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO”. Referiu a pressão que era feita por um lado sobre a tesouraria e por outro lado o acelerar das obras financiadas pelo QREN e também pela crise que se tem vindo a agravar, tudo deu origem a acharem que não era possível a partir de determinada altura cumprir o PSF. Ora se não era possível o que se teria de fazer era procurar um plano para o reformular. Sabiam que havia uma implicação que não queriam ter e não podiam ter, que era pedir uma autorização para mais um empréstimo bancário, não queriam e pensava que também não podiam, e portanto o que fazer, fez uma análise sobre a situação verificando o que se tinha vindo a gastar nos últimos anos e o que se tem vindo a receber também nos últimos anos, porque razão não se têm receitas suficientes para pagar aquilo que se deve. Fez este estudo desde 2002 e foram feitas projecções considerando o que se tinha a 31 de Julho em termos de contabilidade, os valores que tinham em cada um dos itens do orçamento. Analisando tudo isto chegou-se à conclusão que se se continuasse a gastar em todos os itens da mesma maneira não havia PSF que resistisse e chegariam a um ponto de ruptura completa sem qualquer possibilidade de honrar os compromissos. Procurou saber onde se encontrava a gordura da despesa e não ir só fazer uma dieta e ginástica para emagrecer a despesa, mas fazer também uma lipoaspiração e outro tipo de coisas que agora se usam. Foram ver item a item, o que representava cada despesa e aí verificaram que em termos de Aquisição de Serviços havia uma série de coisas a que não se podia fugir (iluminação pública, recolha de resíduos sólidos urbanos, transportes escolares e outros que são obrigatórios). Aqui começou a pensar: se SCDão não consegue pagar como é que fazem os Concelhos aqui à volta? Fez uma análise comparativa com os quatro Concelhos à volta: Tondela, Carregal do Sal, Mortágua e Tábua e chegou à triste conclusão de que SCDão é o Concelho mais penalizado em relação aos seus vizinhos. Para justificar apresentou valores referentes a estes Concelhos no que toca às transferências do Estado (FEF, FSM, e IRS). Apresentou também o total de residentes nestes Concelhos entre 2005 e 2009 para fazer a percentagem de distribuição das verbas por residente das transferências de Estado. Apresentou depois os valores dos impostos locais (IMI, IUC, IMT e Derrama) que estes Concelhos receberam em 2009. Neste caso por residente SCDão estava em boas condições em relação aos outros Concelhos e se a única receita fosse esta SCDão estava bem, o problema é que o peso dos impostos locais na receita da Câmara é de 17%, se fosse 50% não se estaria a discutir PSF nenhum. Em relação às transferências de Estado e analisando os valores e a população verifica-se que SCDão é o que recebe menos por residente, devendo ser por isso que somos todos mais magrinhos. A cada residente de SCDão corresponde uma verba de 332 euros por ano por via desta transferência e a cada residente de Mortágua correspondem 555 euros por ano, há aqui uma diferença brutal nos cinco Concelhos, SCDão é o que recebe menos do Estado. Não sua opinião a Lei está mal feita com os seus critérios de distribuição, quem consome as verbas não são árvores, Mortágua tem 84% de área florestal, as árvores não fazem lixo, não precisam de estradas alcatroadas, não precisam de iluminação pública, não precisam de redes de água e de esgotos, quem precisa disto tudo são as pessoas e a verdade é que a Lei das Finanças Locais no que diz respeito a estas transferências privilegia a área e não a população. Toda esta diferença em 5 anos permitiria saldar toda a dívida de curto prazo da Câmara e ainda alguma de médio e longo prazo. Por tudo isto é que afirmou anteriormente que o problema foi as Câmaras de

uma forma cega terem aceite as transferências do Estado, ele teria feito exigências, por exemplo o Estado já quis dar a responsabilidade do segundo ciclo e dos auxiliares e não aceitou exigindo as verbas necessárias, como não houve garantia dessas transferências, não aceitou. Por isso reforçou que não se devia ter aceite a transferência de competências sem a garantia da receita correspondente por parte do Estado. Continuou com os dados referindo a soma dos valores das transferências do Estado e dos impostos locais demonstrando novamente a discrepância entre os 5 Concelhos, novamente com SCDão a ser o que menos recebe “per capita” mesmo com os impostos locais existentes. Analisou depois as consequências da existência de mais população e menos território. A obrigatoriedade dos serviços que já foram focados penaliza novamente SCDão ao ser o Concelho que mais paga. Poderão perguntar se os negócios não estão bem feitos, mas os contratos são iguais entre todos. Em relação à iluminação pública focou o caso de candeeiros públicos estarem colocados em zonas privadas e que são pagos por todos. A grande questão e problema é que SCDão recebe muito menos do Estado e tem custos com serviços a que não pode fugir mais elevados. A reformulação do PSF tem a ver também com todos estes factores e teremos que ver onde estão as tais gorduras que temos que eliminar. Sabe-se que também está no pessoal, mas teremos que ver em relação aos outros Concelhos vizinhos, o nosso não tem assim tanta despesa, em relação a Tábua e Mortágua que até são Câmaras Socialistas (ressalvou aqui que nada tem de pessoal contra, sendo até amigo dos respectivos Presidentes) as nossas despesas com pessoal são menores. Isto no entanto não iliba a responsabilidade e necessidade de baixar as despesas com pessoal e estão consideradas medidas na reformulação do PSF neste sentido. Há no entanto um dado curioso e positivo, relativamente ao poder de compra SCDão está à frente destes Concelhos.

Abertas as inscrições para debate, verificou-se o pedido dos SRS. Deputados Inês Maria Matos, Leandra Cordeiro e João Boto Martins.

Dada a palavra à Sra. Deputada Inês Maria Matos esta começou por dizer que relativamente à questão financeira do Município e ao que o Sr. Deputado José Augusto disse anteriormente informava-o que a bancada do PSD intervém apenas quando entende que o deve fazer e não por sugestão, e já que falou do Sr. Pires, com certeza que o seu espírito crítico de pessoa responsável que é, o faria intervir, só que a pena dele e manifestada em várias sessões da Assembleia Municipal era que com o anterior executivo esta informação financeira e da actividade do Município não era dada de forma tão clara, transparente como tem sido em todas as sessões. Portanto em face da completa informação que tem sido fornecida a todos os Deputados e porque isso só à bancada do PSD compete, esta pouco tem a dizer, mas o que tiver a dizer dirá sempre e a dizer tem que é preciso neste momento em que todos nós já conhecemos a realidade do Concelho é de que é preciso aprovar medidas que de facto nos permitam ultrapassar esta situação.

Pediu a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa que em relação à intervenção anterior perguntou à Sra. Deputada se tinha feito alguma intervenção na informação financeira dada pelo Sr. Presidente? Apenas tinha feito a intervenção em relação ao Relatório do Auditor de Contas que nunca tinha existido anteriormente.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Leandra Cordeiro que começou por referir as enormes dificuldades que há em gerar receitas para assegurar os compromissos assumidos, bem como a entrada em vigor em 2007 da Lei das Finanças Locais que obrigou o executivo ao PSF que previa para 12 anos a estabilização das contas da Autarquia, neste contexto o Sr. Presidente da Câmara já tinha respondido à questão que pretendia ver esclarecida, o porquê da reformulação agora tão precoce do PSF. Queria agora saber qual a garantia legal para o mesmo e se esta alteração é ou não um procedimento recorrente e comum.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que não havia nenhuma Lei que diga que não se pode fazer, da mesma forma que não há nenhuma Lei que diga que se pode fazer. Tiveram o cuidado, primeiro e antes de proporem esta reformulação do PSF de contactar a DGAL no sentido de saber se esta situação era possível, se era corrente ou não e a resposta foi que havia várias Câmaras que já tinham perguntado sobre a possibilidade de fazer a reformulação do seu PSF e a resposta dada foi que fosse feito, que se passasse pelos trâmites normais aquando da elaboração do PSF e depois remetessem para o Ministério das Finanças e para a DGAL e era isso que se estava a fazer. Reforçou que esta reformulação não implicava novos empréstimos bancários, implicava que considerando estes três anos de crise profunda que estamos a viver e com a perspectiva de que a partir de 2012 ou 2013 possa haver alguma recuperação a saída

do endividamento em 2014 como estava prevista passe a ser em 2017. Era pedida quase uma moratória para o cumprimento do PSF que era no fundo o período de duração da crise. Se não houver recuperação e a crise continuar poderá acontecer o que disse o Sr. Vereador Mário Silva que se tenham de fazer mais reformulações, aliás como o Governo tem feito com os PEC'S.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Boto Martins que disse ter intenção de referir algumas notas que tinha escrito mas naquela altura algumas já tinham perdido actualidade. Antes de o fazer queria tecer algumas considerações sobre a longa exposição feita pelo Sr. Presidente da Câmara e também sobre as considerações feitas sobre os Concelhos vizinhos que achou interessante e vai gostar de analisar em pormenor. Houve algumas coisas que lhe chamaram a atenção. Uma afirmação do Sr. Presidente sobre o receber lições quando elas são boas, sobre as práticas eleitoralistas do Governo Central e da Câmara Municipal, quer dizer que aprendeu a lição e aplicou-a, achava que tanto era condenável esta prática seja do Governo Central, seja de qualquer Autarquia, dizendo até que era menos honesta pois vale-se da falta de informação dos eleitores para os levar a votar em si próprios. Esta era uma das tais lições que se podem aprender, não se devem por em prática e muito menos confessá-lo, era essa a sua postura em política, mas não tinha ambições. Sobre as dificuldades vindas de todos os quadrantes, seja da Lei aprovada e que está mal, seja das medidas adoptadas pelo Governo Central, seja uma série de dificuldades vindas de factores que não tinham sido previstos e quanto a isso há uma verdade que deve ser dita é que da sabedoria popular faz parte a prática de viver do que se tem, que tem vindo a ser esquecida não só pelo Governo, pela Câmara, mas também pelas pessoas no seu dia-a-dia e a tradição que existia de aforrar para momentos mais difíceis perdeu-se. Poderão dizer que esta prática levava ao marasmo económico e não haveria desenvolvimento se não houvesse consumo, recurso ao crédito, etc. No entanto grande parte da crise que se vive deve-se ao exagero de recorrer ao crédito. Feitas estas observações disse que devia afirmar à partida que gostaria que a Câmara conseguisse fazer aprovar a reformulação do PSF, não por ser um adepto do Sr. Presidente da Câmara, mas como Santacombadense gostava que o Concelho e os seus habitantes não passassem por momentos ainda mais difíceis apesar de terem um poder de compra maior do que os vizinhos o que lhe custava a acreditar. Gostaria, pois seria a solução menos dura, mas por outro lado não sabia até que ponto é que o Município poderá escolher livremente entre a opção de reformular o plano ou ir para uma obrigatoriedade de reequilíbrio financeiro. Isso tinha a ver com o enquadramento legal da proposta, pois como disse a Lei é omissa e portanto não é garantido que seja conseguido, achando até que será tão difícil conseguir a aprovação desta proposta como seria eventualmente conseguir pura e simplesmente a mesma moratória em termos de aplicação das sanções previstas para o incumprimento do PSF. Sobre o enquadramento legal a Lei é omissa e poderia haver outras soluções: apresentar um pedido de adiamento da aplicação das sanções ou até procurar outros meios para conseguir que essa aplicação demorasse mais que o normal e permitisse um certo tempo para a Câmara poder respirar. Na proposta elaborada pelo executivo há algumas situações que merecem algumas observações e estas já mais de índole político/partidária. A primeira que lhe chamava a atenção foi o invocar a existência de compromissos assumidos não relevados contabilisticamente em 2006 como um dos motivos que deu origem a que dois ou três anos mais tarde fosse elaborado o PSF, compromisso no valor de 1,7 milhões e depois ainda mais aquela verba relativa ao processo judicial que a Câmara acertadamente optou por pagar. Tanto quanto sabia essa situação é muito frequente nas Câmaras e se hoje fosse à Câmara perguntar qual era o valor dos compromissos assumidos e ainda não reflectivos na contabilidade, era capaz de lá haver alguma coisa. Portanto não lhe parecia que tenham sido essas as razões que ditaram a necessidade de elaborar o PSF e de contrair um empréstimo para “limpar” as dividas de curto prazo, mas lamentavelmente depois de gasto o dinheiro do empréstimo destinado a esse fim e passado pouco tempo havia novas dividas de curto prazo de valor quase idêntico e é aqui que entra a tal sabedoria popular de viver com o que se tem, porque é certo que se foi investido, se foi investido é bom como disse o Sr. Presidente mas ele não dizia tanto se foi bem investido é bom ou melhor se foi investido com certo grau de rentabilidade e bem, se não tem um certo grau de rapidez de recuperação do investimento já não é tão bom e só interessava aos nabos como ele que não percebem grande parte do assunto e põem o dinheiro nas contas a prazo para render menos que a taxa de inflação. Portanto o ter sido investido não é justificação para se ter ultrapassado a capacidade de o pagar, teria sido um bom investimento o facto de ter excedido a capacidade de o

pagar se tivesse uma duração muito curta e não tivesse sido um investimento de alto risco e neste momento se tenha o capital investido e não se tenha capital para pagar os juros ou coisa parecida. Outra situação a que achava piada era o apontar como uma das razões para o facto de muitos dos equipamentos ou valências que existem no Concelho como o Pavilhão Gimnodesportivo, o Estádio, a Casa da Cultura, o Auditório terem sido construídos sem ter em conta determinadas necessidades actuais e construídos sem serem modulares, o certo é que quando foram construídos foram equipados com modernidade para a época, será a mesma coisa que quando foram construídas as escolas primárias e as creches nas Freguesias não se ter previsto que um dia fosse necessário vende-las para se construírem os Centros Educativos, não lhe parecia que os investimentos feitos numa determinada época possam ser analisados à luz das condições de vida e da prática alguns anos depois. Focou também o carácter errado da aposta no aumento das receitas do IMI, até se lembrava de em anterior altura terem acusado o anterior executivo de ter apostado na betonização do Concelho, o certo é que agora se tem uma boa receita de IMI graças a essas políticas por um lado e por outro ironicamente está a apostar também nos loteamentos e vai conseguir, espera e deseja, uma boa receita com a venda de terrenos para construção que provavelmente sabia que já se destinavam a isso mas a maior parte das pessoas não sabia e pensavam que era para o Centro Educativo, isto no caso do Santa Comba XXI. Por fim e no enquadramento da proposta a Câmara não está a levar a efeito e citava “um conjunto de instrumentos de planeamento que deverão resultar como atractivo para investidores (Sra. da Ribeira, Granjal, Centro de Estudos do Estado Novo e Ecopista)”, ora isto está dito no documento que foi apresentado, já terá sido dito mais vezes ao longo dos últimos cinco anos em que o PSD está no executivo, portanto não vamos tomar este aspecto como exemplo dos resultados obtidos pela gestão municipal do actual Executivo, porque ao fim de cinco anos estar a elaborar os instrumentos de planeamento, achava que já seria tempo de estarem elaborados. Em relação ao Plano de Acção em si, e que é apresentado como sendo exequível, presumindo-se portanto que o anterior não o era, chega-se agora à conclusão que não era, porque na altura em que foi apresentado e defendido com veemência nesta Assembleia também se dizia que era exequível, aliás presumia-se que fosse porque senão nem sequer o apresentavam e o defendiam. No entanto já nessa altura apresentaram muitas reservas sobre a sua exequibilidade e foram acusados de fazer política baixa e partidária. Mais uma vez realçava a necessidade de não se tirar só as más lições dos exemplos que vêm de cima que são capazes de ser frequentes. Afinal este plano não era exequível, foi elaborado por uma Entidade Externa que voluntariamente ou não escamoteou a realidade ou não tinha conhecimento dela, os seus custos terão sido significativos pois são citados numa determinada rubrica. Quanto às medidas propostas, em matéria de Despesas com Pessoal previa-se a redução de 24 funcionários ao longo de 12 anos, neste prevê-se uma redução de 46 não ao longo de 12 mas de 7, estando a aumentar louvavelmente o esforço de diminuição das despesas. Põe-se a questão de se saber se será fácil consegui-lo em tão pouco tempo. Claro que para isso se tomarão outras medidas, a concessão de serviços que para ele eram importantes: o saneamento, as piscinas, o estádio, o pavilhão gimnodesportivo e até o posto de turismo. O que receava era que o resultado destas concessões fosse idêntico ao que resultou em matéria da concessão do abastecimento de água ao domicílio, desde que foi feita a concessão às Águas do Planalto assistiu-se nos últimos vinte anos a um aumento muito significativo nos preços da água ao domicílio e que agora foram agravados com as tarifas de RSU. As consequências dessa concessão de serviços essenciais são um bocado perigosas na perspectiva do contribuinte. Nesta altura o Sr. Presidente da Assembleia disse que apesar de ser muito tolerante informava o Sr. Deputado que a sua intervenção já ia com 19 minutos. O Sr. Deputado continuou dizendo que achava que do lado da receita havia aumentos que lhe pareciam pouco exequíveis, pelo volume que apresentavam em matéria de crescimento como a rubrica Taxas Multas e Outras Penalidade e das receitas do IMI que apresentavam aumentos de 150% e valor superior para a outra, esperava que para os contribuintes isso não se verificasse. Havia outras rubricas em que se previam aumentos muito suculentos como o caso da Venda de Bens de Investimento, 55 mil euros em 2009 para 800 mil em 2010, mais 1200 em 2011 e estabilizar em 1 milhão por ano de 2012 a 2017 o que já lhe parecia muito difícil de conseguir. Claro que quem pagava era o Património Municipal, admitindo-se que este que será vendido não seja assim tão importante, mas conseguir cerca de 10 milhões de euros era exigir-se sacrifício de algum Património. Quando se trata do aumento na rubrica Outras Despesas de Capital que passa de zero em 2008 para 100 mil euros em

2010 e seguintes até 2020 já lhe parecia que aqui era necessária uma imaginação fertilíssima. Achava também que se chegou ao ponto de infelizmente se ir ou ser imposta a solução do reequilíbrio financeiro, será penalizador para toda a gente não só o contribuinte municipal como também para os Autarcas que estiverem na situação de responsáveis pela gestão da Câmara e neste caso esperava que estivessem lá bastante tempo para aguentarem com o ricochete, mas iria ser muito difícil pois perder-se-á muita autonomia neste caso. Recordava ao Sr. Presidente da Assembleia que incumbia à Assembleia Municipal comunicar à tutela o incumprimento do PSF, que estava a ser confessado pelo Sr. Presidente da Câmara, tal como iria ser confessado à DGAL e Ministério das Finanças quando fosse enviada esta proposta de reformulação. Não queria com isto dizer que defendia o processo de aplicação de sanções, só queria livrar a água do seu capote e não lhe virem pedir satisfações por não se ter comunicado o incumprimento do Plano. Estava a precisar de viver com uma certa tranquilidade e tinha que se precaver dessas situações stressantes. Depois de tudo e apesar de tudo supunha que em sinal de boa vontade os Deputados do PS não iriam votar contra a proposta.

O Sr. Presidente da Assembleia disse que em relação ao incumprimento, a partir do momento em que o executivo não cumprir será missão da Assembleia cumprir o que está na Lei. Quando estiver provado que o executivo não está a cumprir os procedimentos legais, a Assembleia não podia fugir e teria que cumprir a Lei. A Lei é para cumprir independentemente de quem estiver no executivo. A Lei é dura mas é para cumprir. O facto de se pedir agora esta reformulação é um sinal de transparência e mesmo de maioria e portanto nada estava nem podia estar escondido. Deu depois a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que teria direito ao mesmo tempo da intervenção anterior.

O Sr. Presidente da Câmara começou para dizer que não precisaria de tanto tempo para responder. Lamentava que o Sr. Deputado estivesse quase a desejar que a Câmara vá para a situação de reequilíbrio financeiro e que faça esse tipo de observações como o da Assembleia ter que comunicar. Estavam ali a propor uma reformulação do PSF, automaticamente estavam a considerar que ele não foi cumprido. Houve outra referência feita às práticas eleitorais, queria lembrar ao Sr. Deputado que em 2005 que foi ano de eleições a anterior Câmara levou os idosos de comboio à Expo 98 em Lisboa, são as tais práticas que se vão copiando de um lado para o outro. Nesta altura um município tentou dar um esclarecimento do seu lugar o que não foi autorizado pelo Sr. Presidente da Assembleia pois não era altura para tal. Prosseguindo o Sr. Presidente da Câmara e em relação à afirmação de que a Lei estava mal disse que na sua opinião a Lei não estava mal, na sua opinião a Lei devia era ser revista porque ao privilegiar quem tem território deixando de lado as pessoas é evidente que tem que ser corrigida, há alguns tempos atrás podia fazer sentido mas agora não faz. A grande questão é que estes são problemas estruturais graves e é isso que nesta introdução o Sr. Deputado faz referência quando fala na questão das valências que não são modulares, não tinha dito que elas estavam mal feitas e que não eram precisas, o que disse é que na sua opinião quando se constroem equipamentos públicos eles devem ser modulares para se for preciso fazer mais um módulo, fazer-se ao lado, se for preciso introduzir uma melhoria introduzir-se, no caso das piscinas o próprio terreno não permitia que o projecto fosse modular. A Casa da Cultura se amanhã for preciso aumentar-se a sala não é possível fazer mais nada. Não estava a criticar quem fez, estava a dar a sua opinião. Que implicação isso tinha na despesa? Tinha porque hoje se calhar não estavam a pensar num novo complexo de piscinas, se calhar não era preciso pensar em intervir em determinado tipo de valência que temos para melhorar as condições, por exemplo neste auditório em que estamos nesta altura a sofrer por deficiência do ar condicionado que já foi arranjado. Há questões relacionadas com estes espaços que devem ser previstas antes. Nos Centros Escolares, não dizia que daqui a dez anos não haverá coisas obsoletas, mas por exemplo têm tectos falsos que permitirão fazer muitas alterações (substituir ou colocar ou retirar condutas, etc.) os Centros Escolares estão preparados para no seu terraço serem montados painéis solares foto voltaicos, será só preciso comprar os painéis pois o resto está tudo feito. Os equipamentos têm que ser construídos numa perspectiva de médio e longo prazo, pois são caros e custam acima de tudo com a manutenção. Disse também que criticava, pois criticava ainda antes de ser Presidente da Câmara, que se faça uma evolução e um crescimento de um Concelho à custa de um determinado sector e realmente houve uma aposta forte na construção civil. O IMI é uma boa receita é verdade e essencialmente o IMT. Mas depois em alturas de crise, embora o IMI tenha vindo a crescer, embora este ano tenha baixado, pois

há pessoas que não pagam por não terem dinheiro, mas o IMT que é receita que vem das transacções, esse caiu brutalmente e isso é um problema nas alturas de crise, portanto não podemos sustentar o nosso desenvolvimento à custa de um determinado sector, na sua opinião estas coisas têm que ser muito mais equilibradas, tem que haver outros sectores a serem o motor de desenvolvimento de um Concelho porque corremos o risco de quando há crise termos problemas mais graves que os outros. Também referiu os instrumentos de planeamento, é engraçado mas o Sr. Deputado sabe que a revisão do PDM de Tondela que foi agora aprovado começou há 10 anos? O problema não está nas Câmaras, o problema está nas entidades que é obrigatório ouvir para isto, Reservas Agrícolas, Reservas Ecológicas, EDP, tudo tem que dar opiniões sobre o PDM e portanto passam a vida a pedir pareceres e mais pareceres, embora tenha havido por parte deste Governo um esforço no sentido de melhorar a agilidade na aprovação dos Planos estes continuam ainda a demorar demasiado tempo e se conseguíssemos em cinco anos aprovar estes instrumentos de planeamento garantia que era um recorde nacional. O problema estava aí, as entidades por vezes não respondem, nem sequer há a figura do deferimento tácito, pois seria mais fácil, não acuse a Câmara por não ter estes instrumentos feitos, pois a Câmara não pode fazer mais nada, tomara ele que já estivessem prontos. Também referiu que se estava a apresentar uma reformulação do PSF com medidas exequíveis e que era confessar que o outro não tinha sido exequível, defendia o outro como defende este, da mesma maneira, para ele o outro era exequível na altura, agora seria muito estúpido, pedia desculpa e não o insultasse dessa maneira, seria muito estúpido ao chegar a uma determinada altura e verificar que ele não era exequível e não tomar nenhuma medida. Na altura defendeu e voltava a dizer que não se arrependia de o ter defendido, acreditava que era exequível, o problema é que chegaram a um ponto e viu-se que não era exequível. Referiu também que foi um Auditor Externo que o elaborou, pois foi, ninguém na Câmara tinha capacidade para fazer o PSF como foi feito. Agora com a base que foi deixada, com o conhecimento da realidade é mais fácil reformula-lo. Disse também e essa critica tem sido recorrente sobre o seu Gabinete de Apoio Pessoal, primeiro era um direito que tinha, pensava que tinha sido uma referência do Sr. Deputado José Augusto, segundo nunca criticou em campanha em lado algum, podia ter havido alguém à sua volta que tenha criticado, o Gabinete de Apoio do Presidente anterior, ele tinha o direito de escolher, escolheu funcionários da Câmara reformados, por sinal três, nada tinha a opor e eram reformados, não eram funcionários da Câmara, portanto há aqui uma emenda que tem de ser feita. O Gabinete de Apoio Pessoal tem que ter pessoas da confiança pessoal do Presidente. Poderão perguntar se tinha confiança nos funcionários da Câmara, tinha, por acaso tinha, mas a confiança que tem que se ter a nível pessoal e que tem a ver com a introdução de políticas não pode ser feita por funcionários da Câmaras, tinha plena confiança em todos, no trabalho que eles desempenham no dia-a-dia e eles sabem disso, assinava todos os papeis de cruz pois tem confiança neles. Havia outras matérias que têm de ser tratadas por gente da confiança pessoal e para ele isso nem era discutível, se há que baixar despesa ela terá que baixar noutras áreas, nesta tinha três elementos no seu gabinete e não prescindia de nenhum deles. Foi referido também a impossibilidade de reduzir funcionários, se tiver o cuidado de ver bem na reformulação do PSF só faltam lá os nomes das pessoas que se vão reformar e dos contratos que caducam. O estudo foi feito ao saber-se o ano em que os funcionários se vão reformar o que resulta em menor despesa, mas também está prevista a substituição de alguns deles, pois há serviços em que sai um funcionário e tem que ser substituído. Sobre o abastecimento de água, foi uma das melhores coisas que podia ter sido feita, garantia, aplaudia quem teve a iniciativa e o seu antecessor não só nesta iniciativa como também a do RSU, uma vez que a Câmara neste momento não tinha capacidade para fazer o que hoje as Águas do Planalto estão a fazer que é a substituição das condutas antigas com todos os benefícios que daí virão. Dizia também ao Sr. Deputado que as tarifas de água não eram tão caras quanto isso, estas tarifas ainda não cobrem o custo do serviço e quando se aplicar o principio do utilizador/pagador, que não deve tardar, irão ver quanto custa um metro cúbico de água. Aquilo que hoje fazemos, lavar o carro, regar o jardim vamos ter de deixar de o fazer, a água é um bem precioso e escasso e a água tratada ainda mais escassa é e mais cara é. Disse ser irrelevante a passagem de zero para 100 mil no valor das Outras Receitas de Capital, se elas não surgirem não é por aí que o PSF foge, para a totalidade das receitas equivale a 1%. Quanto à Venda de Bens de Investimento é assumido logo de início que a única forma de nos próximos anos se conseguir o equilíbrio é com a Venda de Bens de Investimento.

Seguiu-se a votação desta proposta de reformulação que foi aprovada por maioria de vinte votos (17 do PPD/PSD e 3 do PS – Srs. Deputados Hélder Santos Dias, Fernando Almeida Costa e Sónia Santos Marques) e 10 abstenções do PS.

Seguiu-se para o ponto dois ponto cinco: - PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO = APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este disse ser a adequação do Regulamento que já existia a uma nova legislação. A legislação que tem vindo a sair obriga à mudança e à criação de novos regulamentos e o que se pretendeu foi que o Regulamento que estava em vigor fosse adequado à nova Lei.

Não havendo pedidos de intervenção, passou-se para a votação sendo o Regulamento aprovado por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto seis: PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO. AO ABRIGO DO DECRETO-LEI Nº305/2009, DE 23 DE OUTUBRO= APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por dizer que era competência da Câmara e neste caso da Assembleia Municipal por proposta da Câmara a definição do que se chamam Unidades Orgânicas que são a correspondência às antigas Divisões e portanto estabelecer um número máximo de Unidades Orgânicas e também estabelecer um máximo de Subunidades Orgânicas, que equivalem às antigas Chefias de Secção. A Câmara optou por uma organização hierarquizada.

Pediu a palavra o Sr. Deputado Fernando Abel que começou por dizer que era por força da Lei que esta reestruturação vinha a discussão. Estavam naturalmente de acordo com tudo o que fosse feito no sentido de otimizar a organização dos serviços, por forma a agilizar a melhoria e a qualidade do trabalho de todos os que trabalham na Autarquia, mas era sobretudo na relação com os munícipes que se devem ter as principais preocupações e nesse sentido a Câmara Municipal deve dar respostas às situações que forem colocadas ao Município de forma mais rápida e mais eficaz. Cabe também à Câmara fazer o referido encaminhamento quando se trate de matérias que tenham a ver com outras entidades e que por força legal lhe caiba essa função. Julgavam que ao trazer o embrião do novo modelo organizacional para aprovação se justificava que a Câmara Municipal tivesse feito um estudo claro da situação actual e por gabinetes, mais, seria desejável que neste momento de pedido de aprovação já tivesse feito um organograma do que se prevê para a nova estrutura, um estudo prévio dos custos da mesma, teriam dados comparativos que permitiam ver as vantagens ou não desta reforma, isto para que a Assembleia Municipal pudesse votar em consciência dos valores que terão influência na gestão da nova orgânica da Câmara. Os membros eleitos do PS vão dar o seu voto positivo a esta proposta mas gostariam de ter visto tudo isto reflectido chamando para isso a atenção por pensarem que a Assembleia ficaria a ganhar com o conhecimento real dos custos que ela comporta.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que disse não ter a Câmara obrigação de trazer nada do que foi mencionado à Assembleia Municipal, esta apenas tem de definir o número máximo de Unidades e Subunidades Orgânicas. Não tinha que trazer mais nada, que até nem fez nem tinha que fazer, aliás era uma das suas competências e essas não as podia atribuir à Assembleia Municipal e vice-versa.

Não havendo mais intervenções, passou-se para a votação sendo o ponto aprovado por unanimidade.

Passou-se para o ponto dois ponto sete: PLANO DE URBANIZAÇÃO DE TREIXEDO= MEDIDAS PREVENTIVAS= APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este disse que a aprovação de medidas preventivas tinha a ver com a situação de inviabilizar em determinados locais qualquer tipo de construção e qualquer tipo de intervenção por parte dos proprietários nesses locais no sentido de proteger a probabilidade de realizar investimentos públicos, isto enquanto está a ser elaborado o Plano de Urbanização. É uma situação idêntica à que acontece com as Estradas de Portugal quando definem um corredor para o projecto de uma estrada.

Não havendo pedidos de intervenção, passou-se para a votação sendo o ponto aprovado por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto oito: LOTEAMENTO SANTA COMBA DÃO XXI – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA VENDA DE LOTES QUE CONSTITUEM A URBANIZAÇÃO SANTACOMBA XXI = APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO REGULAMENTO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este disse que a promoção deste loteamento era uma das medidas apresentadas na reformulação do PSF, as regras estavam explícitas e pelo seu valor era necessário ser aprovado em Assembleia Municipal e o pedido que fazia era que fosse aprovado para rapidamente fazer a hasta pública e fazer algum encaixe financeiro antes do final do ano.

Pediu a Palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa que propôs algumas alterações ao Regulamento uma vez que achava que o mesmo não se coadunava com a sua possível venda global. Por isso apresentava uma proposta de alteração ao Regulamento que constitui o anexo Nº2 desta Acta e faz parte integrante da mesma.

O Sr. Presidente da Assembleia disse que lhe parecia que haveria uma intenção para melhorar o Regulamento e dava antecipadamente a sua aprovação aos interesses comuns na elaboração do documento. Se fosse necessário um intervalo para as bancadas estudarem a proposta estava disponível para isso.

O Sr. Deputado Boto Martins disse estar de acordo com a proposta do Sr. Presidente da Assembleia, mas achava que a bancada do PSD talvez ficasse esclarecida se ouvisse os comentários do Sr. Presidente da Câmara à proposta de reformulação apresentada.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este considerou a proposta apresentada como pertinente. Disse que já depois do Regulamento estar feito, surgiu a possibilidade da venda em conjunto, ora havendo essa possibilidade e dada a necessidade de se fazer algum encaixe financeiro imediato foi proposta essa possibilidade e aprovada efectivamente e o Regulamento não foi adequado com o que foi apresentado. No fundo era introduzir as cláusulas para a venda lote a lote para a venda na totalidade. Na sua opinião a proposta de alteração apresentada devia merecer a aprovação.

Não havendo mais intervenções o Regulamento foi posto à votação, sendo aprovado por unanimidade, contemplando a proposta apresentada pelo Sr. Deputado José Augusto Sousa.

Seguiu-se para o ponto dois ponto nove: IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) = FIXAÇÃO DE TAXAS PARA O ANO 2011.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por dizer que se houvesse margem para promover uma redução do IMI, com certeza que a proporião. Não havia margem de qualquer espécie para reduzir o IMI, assim como o ponto seguinte, a taxa de Derrama, apesar desta receita não se aproximar da do IMI, acontecia em duas alturas do ano e em que dava muito jeito. A proposta é para se manterem os valores do ano anterior.

Pediu a palavra o Sr. Deputado César Branquinho que disse que os deputados do PS iriam votar contra a manutenção das taxas de IMI de 0,7% nos prédios urbanos e de 0,4% nos prédios urbanos avaliados. Concordava plenamente que as dotações do Estado para as Autarquias não deviam ser por área mas sim pelo número de habitantes e baixando um bocadinho a taxa do IMI podiam possivelmente cativar mais pessoas. Uma pequena diminuição desta taxa tornaria o Concelho mais atractivo para a fixação de pessoas com a vinda de novos residentes, aliviava as despesas familiares, incentivava a construção civil, lançando mais emprego. Esta eventual baixa inicial de receita seria revertida mais tarde devido a um maior número de contribuintes.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que disse que ninguém deixaria de vir viver para Santa Comba Dão por pagar mais IMI do que se paga em Mortágua, aliás Mortágua perdeu mais população que Santa Comba Dão nos últimos quatro anos e portanto não foi pelo IMI. SCDão terá que ser atractiva por causa do emprego, o problema é que não há empregos, as pessoas virão se tiverem boas condições para os filhos andarem na escola, bons transportes, boa electricidade pública e se tiverem bons serviços públicos, neste caso vêm de certeza absoluta. Agora por se pagar mais ou menos IMI, não é por aí, vê-se isso em Mortágua e Tábua com menores taxas de IMI e perdem mais população. Não conseguia compreender a situação de defenderem o aumento de impostos por parte do Estado e em SCDão que é a nossa terra defendiam o abaixamento de impostos, pensava que esta não era uma forma séria de fazer política.

Ao passar-se para a votação o primeiro secretário alertou para a necessidade de se proceder a duas votações uma vez que havia a situação dos 0,4% e 0,7% para os prédios avaliados e não avaliados e ainda a

condicionante constante da proposta da Câmara apresentada na reunião camarária de 20 de Novembro de 2009. O Sr. Presidente da Assembleia não aceitou, pois a situação não constava da Ordem de Trabalhos, pelo que não haveria votações separadas e se o PS quisesse votar contra, votava contra, se quisesse votar a favor, votava a favor, se quisesse entregar uma declaração de voto, fá-lo-ia.

Posto à votação o ponto foi aprovado por maioria de 18 votos a favor (16 do PPD/PSD e 2 do PS- Srs. Deputados Fernando Costa e Sónia Santos Marques) e 10 votos contra do PS. Estiveram ausentes da votação os Srs. Deputados Hélder Santos Dias e Rui Branquinho.

O PS entregou uma declaração de voto que constitui o anexo N.º3 desta Acta e faz parte integrante da mesma onde salvaguarda a posição de não votar contra o constante da proposta apresentada em reunião camarária de 20 de Novembro de 2009: diminuição de 10% e 20% nas situações contempladas na referida proposta.

Seguiu-se para o ponto dois ponto dez: LANÇAMENTO DE DERRAMA, AO ABRIGO DO ARTIGO 14.º DA LEI N.º2/2007, DE 15 DE JANEIRO.

Uma vez que o Sr. Presidente da Câmara já se tinha referido a este ponto durante a apresentação do ponto anterior, foram abertas as inscrições para os Srs. Deputados.

Pediu a palavra o Sr. Deputado César Branquinho para dizer que os Deputados do PS iriam votar contra a proposta apresentada, pois uma derrama elevada desincentiva a fixação de empresas no Concelho, com o consequente impacto na criação de emprego e a fixação de novos munícipes que poderiam contribuir para aumentar as receitas da Autarquia com o pagamento de Impostos Locais.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que disse ir explicar do que se estava a falar. Eram cerca de 83 mil euros por ano a dividir pelas empresas todas do Concelho, era realmente um grande contributo para que não haja emprego. Lamentou este tipo de intervenções, pois a derrama ou se tinha ou não, não havia abaixamento de taxas, a proposta da Câmara era que continuasse a haver taxa de derrama, porque como já explicou o contributo do PS para que o PSF seja cumprido tem sido extraordinário com as propostas de baixar impostos, devia preocupar-se mais é que o Governo, a quem têm melhor acesso do que ele, pudesse fazer mais transferências além das que têm direito e que os Santacombadenses em vez de receberem 330 euros por ano recebessem no mínimo o que recebem os de Mortágua e Tábua.

Pediu novamente a palavra para um pedido de esclarecimento o Sr. Deputado César Branquinho que começou por dizer que estavam unidos para o bem de SCDão e a sua opinião era para haver mais emprego, mais indústria e portanto mais receitas. Era a favor da reformulação do PSF, queria que SCDão progredisse, que não tivesse problemas económicos. Baixar a derrama significava mais empresas, mais contribuintes e mais receita para a Câmara.

O Sr. Presidente da Assembleia alertou o Sr. Deputado dizendo que não se tinha tratado de um pedido de esclarecimento, mas a repetição do que já afirmara anteriormente.

Seguiu-se para a votação, sendo a taxa proposta aprovada por maioria de 19 votos a favor (16 do PPD/PSD e 3 do PS – Srs. Deputados Hélder Dias, Fernando Costa e Sónia Marques) e 10 votos contra do PS. Esteve ausente da votação o Sr. Deputado Rui Branquinho.

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos foi lida de seguida a minuta da Acta desta Sessão que posta à votação foi aprovada por unanimidade.

Passou-se a seguir para o ponto três da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Pediu a palavra o Sr. Feliciano Lima de SCDão que deu esclarecimentos sobre o passeio dos idosos efectuado em 2005 ao Parque das Nações, feito com mais de 20 autocarros e onde as entradas para o Oceanário foram pagas pela Câmara. Disse ser um habitual utilizador do passeio dos idosos, que nunca pagou nada mas que se fosse preciso estaria disposto a pagar.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Júlio Figueiredo de Pinheiro de Ázere que lembrou que na anterior Sessão da Assembleia Municipal foi sugerida pelo Sr. Deputado César Branquinho a criação de um Grupo de Trabalho para as questões do ambiente e que isso não tinha produzido qualquer eco entre os parlamentares. Referiu que na sessão da Assembleia Municipal de 26 de Setembro de 2003, de que fazia parte, apresentou uma proposta no mesmo sentido e os resultados foram surpreendentes. Apesar da sua proposta ter sido aprovada

por unanimidade, o Grupo de Trabalho criado nunca teve qualquer acção relevante e extinguiu-se ao meio da Legislatura. Os problemas ambientais subsistem pois mantêm-se constrangimentos de silêncios e medos. Seria bom que estas situações fossem tratadas por pessoas qualificadas, sensíveis, isentas e não subordinadas a interesses políticos ou económicos. Quanto ao nosso Concelho haveria que averiguar causas, denunciar situações, evitar a instalação de mais indústrias poluentes, fazer com que se faça cumprir as regras ambientais. Focou a intensidade da poluição provocada pela criação de porcos. Deveria ser implementada no País uma verdadeira cultura para a defesa do ambiente e cidadania que conduzissem a uma maior sensibilização das pessoas para este assunto, a efectiva melhoria da nossa qualidade de vida e por acréscimo a protecção do futuro das próximas gerações.

Fez de seguida a sua intervenção o Sr. Luís Carlos Tavares de SCDão que disse ter-se comemorado no passado dia 12 de Agosto o Dia Internacional da Juventude e que neste caso o Sr. Presidente da Câmara poderia ter imitado o Governo que fez grandes descontos nesse dia para os jovens. Lembrava que nesse dia houve Festas da Cidade e bastaria ter dado entradas grátis aos jovens ou mais baratas. Não diria para fazer como em Mortágua que deu entradas grátis todos os dias.

O Sr. Presidente da Câmara disse que o que foi afirmado não correspondia à verdade pois no dia 12 de Agosto as entradas nas Festas foram grátis.

O Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e lembrou que neste dia faziam 200 anos que a ponte em SCDão foi destruída para evitar o avanço das forças Francesas. O corte da ponte obrigou as Tropas de Massena a deslocarem-se para o Buçaco. Lembrou também o enforcamento da população do Couto do Mosteiro no Cabeço da Forca, como retaliação pela morte de algumas dezenas de franceses. Focou também o recente lançamento de um livro em SCDão sobre este assunto, aconselhando a sua leitura.

Não havendo mais assuntos a tratar foi encerrada a Sessão pelas dezoito horas e dez minutos, dela se lavrando a presente Acta que depois de votada vai ser assinada pelos membros da Mesa.

No Jornal "Público" de 24 de Agosto último, foi entrevistado Paulo Marques, Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária que começou por lamentar-se que as cidades não tenham acompanhado o esforço de prevenção feito ao longo destes anos na rede rodoviárias nacional, e aponta o elevado número de atropelamentos nas zonas urbanas como prova dessa lacuna.

Como munícipe cidadina que sou, desde o ano de 1999, interessou-me a entrevista, por motivos óbvios.

Fiquei a saber que entre Janeiro e Março foram atropeladas em passadeiras 310 pessoas. Uma de três coisas poderá ter acontecido: ou as passadeiras não estão correctamente colocadas, ou os peões ou os condutores não respeitaram a passadeira. Nos dias de hoje, no entanto, não é aceitável existir um número de acidentes graves tão elevado, no meio urbano. E os atropelamentos têm aí uma expressão muito grande. Praticamente metade das vítimas de acidentes morrem dentro das localidades.

As cidades foram crescendo e alteraram-se para se adaptarem ao automóvel. Foram alargadas faixas de rodagem e criaram-se zonas de estacionamento ao ponto das pessoas serem esquecidas.

A nossa cidade foi exemplo disso, e infelizmente ainda o é. Porque as zonas de estacionamento, na zona nobre da cidade, passaram a ser pagas, tudo é lugar para estacionar. As zonas pedonais que foram agora intervencionadas e alargadas, servem agora para os condutores pararem os seus veículos ficando mesmo aí estacionados horas a fio.

Queremos todos parar à porta do local a que nos dirigimos e os outros que se desenrasquem (desculpem a expressão). Não interessa se há idosos que se deslocam com muletas, não interessa que haja crianças que precisam de ser transportadas nos carrinhos próprios, não importa se temos pessoas com deficiências motoras, obrigadas a deslocarem-se em cadeiras de rodas. Não, nada disto importa. Importa sim que os correios fechem às 6 horas da tarde

8

e são 6 menos um quarto e eu tenho que ser atendida ainda hoje e o passeio ali tão perto. Importa que eu quero ir comprar pão e não quero caminhar muito, logo paro em segunda mão.

HL
É pena que ainda não se tenha percebido que estas obras foram feitas para os peões, para dar qualidade de vida a quem circula a pé pois até hoje os privilegiados foram apenas os senhores condutores.

Por questões ambientais e de segurança rodoviária temos agora que fazer o caminho inverso, continua. Até aqui foram inauguradas pelos municípios obras muito apetecíveis – escolas, piscinas, pavilhões desportivos, bibliotecas. Mas a verdade é que há muitas escolas que não têm passeios para lá chega.

Diz mesmo o presidente da autoridade Nacional De Segurança Rodoviária que as autarquias deviam dedicar a próxima década a fazer passeios para peões, mas também reconhece que não são inaugurações tão apelativas, não dão votos.

Quando questionado sobre as medidas que podem ser tomadas pelas autarquias para reduzir a sinistralidade, responde que estas podem estreitar as faixas de rodagem, reformular o espaço público nas zonas centrais das localidades, onde o betuminoso pode ser substituído por calçada... Pretende-se que os veículos sejam obrigados a circular mais devagar. Numa estrada rural que achesse uma localidade, o condutor fica sujeito a uma placa de limite de velocidade de 50km/hora que não chega. É preciso que ele perceba que o ambiente mudou e que está numa estrada urbana – e aí se passarem a existir passeios largos e a faixa de rodagem se estreitar ele vai entender.

Não soube dizer quais os concelhos onde houve maior incidência de atropelamentos mas deu a garantia de que essa informação iria chegar às autarquias.

Caso a realidade não mude soluções terão que ser encontradas com a Associação nacional de Municípios Portugueses para serem adoptadas de forma obrigatória.

Orgulho-me por Santa Comba Dão não estar, com certeza, na lista das autarquias que irão receber essa informação pois as obras já estão feitas.

Criticaram-se e continuam a criticar-se mas tenho a certeza que após concluídas todos reconhecerão, mais tarde ou mais cedo, a sua importância e o espírito das mesmas.

Muito obrigada!

Regulamento da hasta pública para venda dos lotes da urbanização Santa
Comba Dão XXI

Proposta de alteração

8. PROPOSTAS

8.1. As propostas para aquisição podem ser feitas para o conjunto dos lotes levados a hasta pública ou por lote, devendo conter no primeiro caso o valor total da oferta, indicando o valor proposto para cada lote e, no segundo caso a referência do lote e o valor oferecido. Estes valores deverão ser indicados por extenso e por algarismos, sendo que, em caso de divergência prevalece o valor expresso por extenso.

8.2. As propostas serão divididas nas duas opções indicadas. Somente no caso de não serem apresentadas propostas para a venda em conjunto, ou estas vierem a ser rejeitadas pela Comissão, as propostas para aquisição individual dos lotes serão analisadas.

8.2. (emendar "subscrito" para sobrescrito)

9. ACTO PUBLICO

9.3. A comissão poderá rejeitar as propostas se as mesmas não respeitarem o presente regulamento, nomeadamente nos valores propostos.

9.4. De seguida proceder-se-á à abertura das propostas recebidas para a aquisição em conjunto dos lotes, pela ordem da sua entrada nos serviços, conforme ponto 8.5. (1)

9.5. Seguidamente será elaborada uma lista ordenada dos proponentes presentes e o valor proposto por cada para o conjunto dos lotes.

9.6. O conjunto dos lotes será adjudicado ao proponente da melhor oferta.

9.7. Não havendo propostas para a aquisição do conjunto dos lotes proceder-se-á á abertura das propostas para a aquisição lote a lote, elaborando-se uma lista ordenada dos proponente, da referência do lote e do preço oferecido. (2)

9.8. Cada lote será adjudicado ao proponente com melhor oferta.

9.9. (mantém-se o articulado do ponto 9.6.)

9.10. (mantém-se o articulado do ponto 9.7.)

9.11. (mantém-se o articulado do ponto 9.8.)

10 . ADJUDICAÇÃO

10.1 A Comissão adjudica provisoriamente a aquisição do conjunto dos lotes ou cada um dos lotes, a quem tiver oferecido o preço mais elevado nas propostas ou no caso de licitação de lote a lote a quem tiver oferecido o maior lance, elaborando o respectivo auto de adjudicação provisória que deve ser assinado pelos elementos da Comissão e pelo adjudicatário provisório ou pelo seu representante legal.

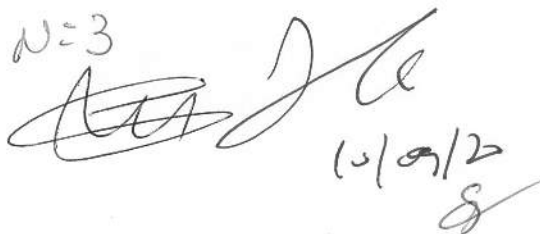
13. CONDIÇÕES RESOLUTIVAS DA ADJUDICAÇÃO

13.3 Ficando a adjudicação provisória sem efeito e tendo havido mais proposta para compra em conjunto ou do lote individual em causa, será dado conhecimento ao proponente, para a aquisição em conjunto ou para o lote em causa, que tenha oferecido melhor preço. No caso da venda por lote a preferência será sempre para propostas ou lances de interessados a quem não tenha sido adjudicado qualquer lote e só quando se esgotar a lista destes se dará oportunidade de aquisição aos restantes de acordo também com as melhores propostas apresentadas.

Santa Comba Dão, 20 de Setembro de 2010.

O Deputado,

(José Augusto Morais de Sousa)


10/09/20
8

DECLARAÇÃO DE VOTO

O GRUPO PARLAMENTAR DO PS
NO PONTO 2.9 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE
IMÓVEIS (IMI), VOTOU CONTRA,
MAS RESERVANDO QUE A INTEGRAÇÃO
DE VOTO CONTRA É NO IMI DE
0,7% NOS PRÉDIOS URBANOS E 0,4%
NOS PRÉDIOS URBANOS AVALIADOS, NÃO
NO AGRAVAMENTO NOS PRÉDIOS URBANOS
DEGRADADOS, NA DIMINUIÇÃO EM 10%
DA TAXA DE IMI AOS PRÉDIOS URBANOS
ARRENDADOS E DIMINUIÇÃO EM 20%
DAS TAXAS DO IMI DOS PRÉDIOS QUE SEJAM
OBJECTO DE 169/99 DE SETEMBRO, ALTERADA
PELA LEI Nº 5-A/2002 de 11 de ABRIL

SANTA COMBA DÃO, 20.09.2010

